



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 2610

PROCESSO

Nº 190/2015

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, Lei Estadual 13.542, de 08 de maio de 2009 e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental Prévia**, com base no Parecer Técnico nº 55/18/IE, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: EMBU S.A. ENGENHARIA E COMÉRCIO

CNPJ: 61.322.558/0019-07

LOGRADOURO: ESTRADA DO MOINHO VELHO, KM 2,5

BAIRRO: FAZENDA TOCANTINS

MUNICÍPIO: ITUPEVA

CEP: 13295-000

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADE DE EXTRAÇÃO DE GRANITO E SAIBRO

LOGRADOURO: ESTRADA DO MOINHO VELHO, KM 2,5

MUNICÍPIO: ITUPEVA

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: AMPLIAÇÃO DE EXTRAÇÃO DE GRANITO E SAIBRO NA POLIGONAL DNPM Nº 821.049/1988

ÁREA DE LAVRA TOTAL: 17,47 HA

COTA DO PIT FINAL: 665 M

RESERVA LAVRÁVEL DE GRANITO: 10.681.564 M³

ÁREA DO DEPÓSITO DE ESTÉRIL: 1,96 HA

RESERVA LAVRÁVEL DE SAIBRO: 992.655 M³

VOLUME DE ESTÉRIL: 61.353 M³

PRODUÇÃO ANUAL: 339.450 M³ DE GRANITO E 32.468 M³

ACESSOS: 0,28 HA

DE SAIBRO

ÁREA COBERTA: 320,34 M²

VIDA ÚTIL: 29 ANOS (GRANITO); 18 ANOS (SAIBRO)

A.A.A. LIVRE: 25.943,18 M²

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 01 anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data: 17/04/18

Cristina Costa

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA (Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental)





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 1/7

PROCESSO

Nº 190/2015

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2610

Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Instalação

- 1.1 Apresentar o detalhamento do Programa de Comunicação e Participação Social, contemplando as ações e os instrumentos a serem utilizados para garantir a efetividade da divulgação de informações sobre os empregos a serem ofertados e sobre o empreendimento, os procedimentos envolvidos nas atividades extrativas, os programas de controle e mitigação dos impactos relacionados, as medidas de revegetação e recuperação da área, o tempo de duração da extração, cronograma de atividades, dentre outros programas socioambientais desenvolvidos pela empresa e os projetos de interesse da população. Descrever o teor do material a ser divulgado, público alvo, cronograma de atividades, meios de divulgação das vagas de emprego a serem disponibilizadas, os canais de comunicação com a população, etc.
- 1.2 Apresentar detalhamento do Programa de Controle de Tráfego de Veículos, contendo termo de cooperação firmado com a Prefeitura Municipal de Itupeva para apoio à manutenção do sistema viário, além de indicar pontos de sinalização preventiva, cursos e treinamentos a serem realizados para a requalificação de motoristas, procedimentos para registros de acidentes e atropelamentos de fauna visualizados por motoristas e operadores de veículos e máquinas, cronograma detalhado, etc.
- 1.3 Comprovar o atendimento das exigências relacionadas nos itens 3, 4 e 5 do Ofício 2406/2017 IPHAN/SP de 06.12.2017.
- 1.4 Apresentar Projeto de Cortina Vegetal a ser implantado na área do empreendimento, considerando os trechos de maior vulnerabilidade visual, priorizando a utilização de espécies nativas da região, de crescimento rápido.
- 1.5 Apresentar a documentação necessária discriminada no site da CETESB (<http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/cetesb/documentos/autorizacao-intervencao-app.pdf>) para a obtenção da Autorização para supressão de vegetação nativa e corte de árvores isoladas na Agência Ambiental da CETESB, e firmar os respectivos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRAs.
- 1.6 Apresentar o detalhamento do Programa de Compensação Florestal conforme diretrizes do item 8.6 do Parecer Técnico nº 55/18/IE, contemplando as áreas indicadas pela Prefeitura Municipal de Itupeva, áreas na Fazenda Tocantins e, caso necessário, áreas do Programa Nascentes, priorizando a formação de corredores ecológicos; técnicas de plantio adequadas para cada área; utilização de técnicas de nucleação; seleção de mudas e sementes em busca da diversidade genética; implantação de viveiros de mudas de espécies nativas; isolamento dos fatores de degradação; e utilização de solo e serapilheira das áreas de supressão de vegetação. A proposta deverá ser instruída com planta(s) georreferenciada(s) com localização e quantificação das áreas previstas para compensação florestal, incluindo a localização da Reserva Legal e áreas de recomposição de TCRAs já firmados, cronograma de atividades, profissional(s) habilitado(s) e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 2/7

PROCESSO
Nº 190/2015

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2610

- 1.7 *Apresentar detalhamento do Programa de Acompanhamento da Supressão de Vegetação, contemplando o planejamento da supressão em conformidade com a Resolução SMA nº 22/2010, e incluindo procedimentos para o resgate de plântulas, epífitas, mudas e propágulos, visando a produção de mudas em viveiros e posterior plantio em áreas de recuperação ambiental e revegetação, cronograma de atividades, responsável técnico, etc.*
- 1.8 *Apresentar o detalhamento do Programa de Resgate e Salvamento de Fauna, considerando as diretrizes da Resolução SMA 22/10, e as ações e procedimentos ambientalmente adequados e compatíveis com o plano de lavra, contemplando, no mínimo: a formação e experiência das equipes de campo na identificação e resgate de fauna, procedimentos executivos para o afugentamento, resgate e relocação de espécimes; instalação de Centro de Triagem de Animais Silvestres - CETAS provisório para atendimento da fauna; georreferenciamento das eventuais áreas de relocação, infraestrutura e equipamentos necessários, cronograma de atividades, etc.*
- 1.9 *Apresentar cópias das Autorizações para Manejo in Situ obtidas junto ao Departamento de Fauna Silvestre da Secretaria de Meio Ambiente – DEFAU-SMA, para as atividades de resgate, relocação e monitoramento da fauna.*
- 1.10 *Apresentar detalhamento do Programa de Monitoramento e Salvaguarda da Fauna, atendendo as diretrizes da Resolução SMA 22/10 e contemplando as atividades previstas, metodologias, grupos a serem monitorados (Mastofauna, Avifauna e Herpetofauna), esforço amostral (no mínimo cinco dias por grupo faunístico), caracterização e mapeamento dos pontos de amostragem selecionados, recursos e infraestrutura necessários, equipe técnica responsável e respectivas ARTs e cronograma de atividades compatível com os demais programas ambientais de flora e fauna. Incluir monitoramento específico para a espécie Alouatta guariba clamitans (bugio-ruivo).*
- 1.11 *Apresentar Programa de Treinamento Ambiental, conforme diretrizes do Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 09/2016 dos Comitês de Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Incluir medidas de conscientização de motoristas e trabalhadores, visando minimizar impactos como caça, pesca, atropelamento e degradação de áreas naturais pelo aumento da circulação de pessoas e veículos, com cronograma e equipe responsável.*
- 1.12 *Apresentar Programa de Prevenção e Controle de Processos Erosivos e Assoreamento de Corpos d'Água, contemplando o detalhamento das medidas propostas; manutenção de sistemas de drenagem de águas pluviais, provisório e definitivo; decapeamento concomitante às operações de extração; manutenção periódica do sistema viário interno; revegetação das áreas mineradas e áreas de apoio e/ou servidão concomitante ao encerramento das atividades em cada área; medidas de controle e monitoramento geotécnico dos taludes atuais e finais das frentes de lavra, dos depósitos de material estéril e de estoque de minérios, com a respectiva ART; identificação, mapeamento e*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 3/7

PROCESSO
Nº 190/2015

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2610

monitoramento de eventuais processos erosivos.

- 1.13 *Apresentar detalhamento dos projetos do depósito de estéril, elaborado de acordo com a Norma NBR 13.029/06, e dos sistemas de drenagem de águas pluviais das áreas de lavra e dos acessos internos, acompanhados de memorial descritivo e de Anotações de Responsabilidade Técnica - ART dos profissionais habilitados.*
- 1.14 *Apresentar detalhamento do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e Subterrâneas proposto, contemplando a localização dos pontos de monitoramento georreferenciados, a metodologia adotada nos levantamentos de campo, parâmetros analisados, periodicidade das coletas e de entrega de relatórios de acompanhamento e dos boletins analíticos, cronograma, responsabilidades, etc. Incluir pontos de monitoramento de água subterrânea no talvegue localizado na futura área do depósito de estéril, apresentar os perfis construtivos dos poços e informar a periodicidade das coletas.*
- 1.15 *Apresentar Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos detalhado e atualizado, incluindo a estimativa de todos os resíduos sólidos a serem gerados, bem como a codificação estabelecida na Norma ABNT NBR 10.004/04, e os códigos de armazenamento e de tratamento, reutilização/reciclagem/recuperação ou disposição final dos resíduos, de acordo com a Resolução CONAMA nº. 313/02, bem como os Certificados de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental - CADRI para os resíduos industriais de Classe I.*
- 1.16 *Apresentar detalhamento do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, elaborado de acordo com as Normas NBR 13.030/99 – Elaboração e Apresentação de Projeto de Reabilitação de Áreas Degradadas pela Mineração e NRM 21 do DNPM - Reabilitação de Áreas Pesquisadas, Mineradas e Impactadas, contemplando as atividades de recuperação, estabilização e reafeição das áreas lavradas, de apoio e servidão de maneira concomitante à extração mineral; medidas finais de reconformação topográfica e revegetação e a desmobilização das estruturas de apoio, plantas planialtimétricas de configuração das cavas, monitoramentos previstos para a fase pós-desativação, fluxograma de planejamento e execução, cronograma físico-financeiro, entre outros.*
- 1.17 *Apresentar o comprovante do depósito bancário, no valor referente à compensação ambiental definida na Memória de Cálculo elaborada pela CETESB e aprovada pelo empreendedor, e a assinatura de um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 60.070 de 15/01/2014, conforme indicação da Câmara de Compensação Ambiental – CCA da SMA.*

Durante a implantação do empreendimento

- 2.1 *Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento das ações realizadas no âmbito do Programa de Acompanhamento de Supressão da Vegetação e do Programa de Resgate e Salvamento de Fauna durante a ampliação do empreendimento. Estes relatórios*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 4/7

PROCESSO
Nº 190/2015

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2610

deverão contemplar, entre outros: descrição das atividades no período; mapeamento e georreferenciamento das áreas de intervenção, registros fotográficos; eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas; análise crítica dos resultados; equipe técnica responsável e respectivas ARTs.

- 2.2 *Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Monitoramento e Salvaguarda da Fauna, incluindo mapeamento e caracterização ambiental dos pontos de amostragem, metodologias, esforço amostral empregado, resultados e análise das campanhas realizadas 3 meses antes, 48 horas após e 6 meses após a supressão da vegetação.*

Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Operação

- 3.1 *Apresentar relatório comprovando a implementação do Programa de Comunicação e Participação Social da fase de ampliação e apresentar as ações que serão desenvolvidas durante a operação do empreendimento.*
- 3.2 *Apresentar relatório do Programa de Controle de Tráfego de Veículos, comprovando a realização das primeiras medidas previstas no Programa e na parceria firmada com a Prefeitura Municipal de Itupeva.*
- 3.3 *Apresentar relatório fotográfico comprovando a implantação da Cortina Vegetal no entorno do empreendimento.*
- 3.4 *Apresentar relatório do Programa de Acompanhamento da Supressão de Vegetação, informando sobre as atividades desenvolvidas e resultados obtidos.*
- 3.5 *Apresentar relatório do Programa de Compensação Florestal e do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental, contendo a descrição das ações realizadas; o mapeamento e georreferenciamento das áreas de plantio; os resultados obtidos e a avaliação dos plantios realizados; e o cronograma de atividades, considerando a manutenção e o monitoramento das áreas plantadas por um período mínimo de 3 anos após a emissão da LO.*
- 3.6 *Apresentar relatório consolidado do Programa de Resgate e Salvamento da Fauna, descrevendo as ações de afugentamento e resgate, eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas, lista das espécies resgatadas e translocadas, registros fotográficos, equipe técnica responsável e ARTs.*
- 3.7 *Apresentar relatório consolidado do Programa de Monitoramento e Salvaguarda da Fauna, contemplando a indicação dos pontos de amostragem, descrição da metodologia utilizada, esforço amostral despendido, registros fotográficos, análise comparativa entre as campanhas realizadas, registro de espécies envolvidas em acidentes e eventuais atropelamentos, e ART da equipe responsável. Ressalta-se que os resultados deverão ser apresentados também em planilhas eletrônicas editáveis (extensão xls, ou*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 5/7

PROCESSO

Nº 190/2015

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2610

compatível) e a localização dos pontos amostrais informadas em formato métrico, de acordo com a Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) e o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000).

- 3.8 Apresentar relatório do Programa de Treinamento Ambiental, contendo descrição das atividades realizadas, material didático, listas de presença, registro fotográfico e equipe técnica responsável.
- 3.9 Apresentar relatório do Programa de Prevenção e Controle de Processos Erosivos e Assoreamento de Corpos d'Água, demonstrando a realização das ações previstas para a fase de instalação. As ações de monitoramento deverão indicar periodicidade, mapeamento dos pontos de ocorrência e medidas corretivas adotadas.
- 3.10 Apresentar primeiro relatório do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e Subterrâneas proposto, contemplando a localização dos pontos de monitoramento georreferenciados, os boletins analíticos, a metodologia adotada nos levantamentos de campo, parâmetros analisados e avaliação dos resultados obtidos, eventuais não conformidades identificadas e respectivas medidas corretivas adotadas. Apresentar resultados do monitoramento por no mínimo um ano hidrológico no talvegue localizado na futura área do depósito de estéril para comprovar a inexistência de cursos d'água no local.
- 3.11 Apresentar cartas de anuência das empresas destinatárias dos resíduos sólidos, considerando a época, tipo e quantidades estimadas no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.
- 3.12 Apresentar relatório com avaliação da eficiência do sistema de coleta e de tratamento dos efluentes líquidos sanitários.
- 3.13 Apresentar relatório consolidado do Programa de Monitoramento de Qualidade do Ar, de Controle e Monitoramento dos Níveis de Ruído, Vibração e Sobrepressão Acústica, comprovando a implementação das medidas propostas para minimizar a emissão de material particulado, ruídos e vibrações nas áreas de lavra e no entorno do empreendimento.
- 3.14 Apresentar, após a apuração final do custo do empreendimento objeto do presente licenciamento, o relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando à realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental, cujo depósito, se houver, deverá ser realizado na mesma conta na qual foi efetuado o depósito originário, sendo tal depósito condicionante para a emissão da Licença de Operação.

Durante a operação do empreendimento

- 4.1 Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Comunicação e

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

CUNHA N° 10/5050



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 6/7

PROCESSO

Nº 190/2015

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2610

Participação Social, contemplando o balanço das atividades desenvolvidas, eventuais não conformidades identificadas e as respectivas medidas corretivas adotadas, e a avaliação da efetividade do programa.

- 4.2 *Apresentar relatórios anuais consolidados do Programa de Controle de Tráfego de Veículos, contemplando as atividades realizadas para minimizar os impactos gerados pelo tráfego de veículos. Incluir estatísticas sobre o volume médio de tráfego dos veículos da empresa nas principais vias utilizadas e análise dos dados obtidos, as ações realizadas relativas à conservação das vias, registro de acidentes com a fauna silvestre e as medidas mitigadoras e corretivas adotadas.*
- 4.3 *Apresentar relatórios anuais dos Programas de Compensação Florestal e de Acompanhamento da Supressão de Vegetação, contemplando o balanço das atividades desenvolvidas no período, avaliação crítica das medidas mitigadoras adotadas e do desenvolvimento dos plantios, registros fotográficos, equipe técnica responsável e respectiva ART e demais informações necessárias para comprovação da sua efetividade.*
- 4.4 *Apresentar relatórios anuais do Programa de Resgate e Salvamento da Fauna, descrevendo as ações de afugentamento e resgate, eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas. Os relatórios deverão ser instruídos com registro fotográfico, equipe técnica responsável, ARTs e autorização para manejo in situ emitida pelo Departamento de Fauna Silvestre da Secretaria de Meio Ambiente – DEFAU-SMA (conforme Resolução SMA 92/14).*
- 4.5 *Apresentar relatórios anuais do Programa de Monitoramento e Salvaguarda da Fauna, durante 3 anos contemplando, no mínimo, a indicação dos pontos de amostragem, descrição da metodologia utilizada, esforço amostral despendido, registros fotográficos; análise comparativa entre as campanhas sazonais, registro de espécies envolvidas em acidentes e eventuais atropelamentos, avaliação de áreas prioritárias para sinalização das vias de circulação na área sob influência do empreendimento, ART da equipe responsável e autorização para manejo in situ. Com base nos resultados, apresentar avaliação crítica sobre o efeito da supressão de vegetação, perda de habitat e deslocamento da fauna. Caso necessário, descrever as medidas mitigadoras e compensatórias adicionais estabelecidas.*
- 4.6 *Apresentar relatórios anuais das campanhas semestrais de amostragem do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e Subterrâneas, contemplando a localização dos pontos de monitoramento georreferenciados, parâmetros analisados, metodologia, etc. Os resultados do Programa deverão ser apresentados na forma de relatório interpretado, acompanhado dos respectivos laudos analíticos, eventuais não conformidades identificadas e respectivas medidas corretivas adotadas.*
- 4.7 *Realizar, em um prazo de 60 (sessenta) dias após a emissão da Licença de Operação,*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 7/7

PROCESSO
Nº 190/2015

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2610

avaliações de ruído nos receptores potencialmente críticos - RPCs indicados na Tabela 1 do Parecer Técnico 011/2018/IPAR de 02/02/2018, de acordo com metodologia descrita na Norma NBR 10151/2000 da ABNT, para a comprovação dos padrões estipulados.

Por ocasião da renovação da Licença Ambiental de Operação

- 5.1 *Apresentar, em cada renovação de LO, relatório consolidado do Programa de Monitoramento e Salvaguarda da Fauna, considerando as campanhas já realizadas e um levantamento atual de dados com duas campanhas no ano; os registros de eventuais atropelamentos da fauna; e a análise comparativa e avaliação dos resultados obtidos, avaliação da efetividade das medidas mitigadoras adotadas para os impactos identificados sobre a fauna local e eventual proposição de medidas adicionais.*
- 5.2 *Apresentar em cada renovação de LO, relatório consolidado do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, com as ações de recuperação já implantadas e a serem implantadas, incluindo relatório fotográfico, destacando as espécies utilizadas de gramineas nativas ou exóticas não invasoras na revegetação; identificação das frentes de lavra exauridas e as medidas de recuperação adotadas, bem como a implantação de cobertura vegetal.*

Na fase de desativação do empreendimento

- 6.1 *Apresentar Programa de Desativação ou Fechamento de Mina, de acordo com a Norma Reguladora de Mineração – NRM nº. 20, do DNPM contemplando: medidas finais de reconformação topográfica e revegetação; desmobilização das estruturas de apoio, considerando o gerenciamento e disposição final dos resíduos sólidos, de acordo com as normas vigentes; avaliação da possibilidade de relocação de parte dos funcionários para as atividades remanescentes na empresa; proposta de uso futuro da área recuperada, em consonância com as diretrizes, planos e legislação municipal, estadual e federal vigentes, para fins de licenciamento ambiental. O monitoramento das atividades deverá ser realizado por, no mínimo, três anos após o encerramento da extração mineral.*

XX
XX

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

UNIKULE Nº 10/909/